



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638255 - SP (2021/0000454-6)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : PEDRO DIVINO DO NASCIMENTO
ADVOGADO : PEDRO DIVINO DO NASCIMENTO - MG174626
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RODOLFO ESTEVES BRAMBATTI (PRESO)
CORRÉU : HEKTOR ALVES MATIOLI
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RODOLFO ESTEVES BRAMBATTI em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2244656-29.2020.8.26.0000).

O paciente encontra-se preso preventivamente e foi denunciado pela suposta prática dos crimes previstos nos art. 33, *caput*, § 1º, inciso III, e 35, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

O Tribunal de origem denegou a ordem de *habeas corpus* com base na seguinte motivação (fls. 42-47):

Do mesmo modo, não há que se falar em nulidade da prova que originou a prisão do réu, pelo fato de não haver nos autos autorização prévia para realização de buscas nos aparelhos de telefonia celular do acusado e dos dados contidos no notebook no momento da prisão.

Note-se que conforme depoimento do policial condutor RAFAEL SOARES(fl.03/04) “Sobre a bancada da cozinha, havia um notebook ligado e conectado à energia, verificando na tela um quadro contábil da venda de drogas, com nomes, valores e quantidades de drogas, apurando-se ser o aparelho de propriedade de Rodolfo, porém, este afirmou que quem o utilizava era Hektor .”

Saliento que o Código de Processo Penal determina a apreensão de todos os objetos que tenham relação com o fato e as provas que servirem ao seu esclarecimento. Ao proceder à apreensão de celulares e equipamentos de informática, a autoridade policial necessita da extração dos dados para apurar se nos aparelhos estão registradas provas do crime. O fato de não ter pedido prévia autorização judicial para tanto não é incompatível com os ditames constitucionais em vigor. A Constituição Federal consagra a inviolabilidade do sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das

comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial. A Lei 9.296/96 trata da interceptação das comunicações telefônicas e do fluxo de comunicações em sistemas de informática e telemática. A proteção, nesse caso, é relacionada ao tráfego dessas informações e não ao que se encontra registrado no aparelho. A proteção constitucional é da comunicação de dados e não dos dados inseridos no celular. Não há que se falar em quebra do sigilo telefônico, pois a verificação dos registros contidos no aparelho é feita de maneira direta, mediante procedimento legalmente previsto (flagrante), independentemente de requerimento à empresa telefônica responsável pela linha.

[...]

Note-se, ainda, que, no caso, os telefones celulares foram empregados como verdadeiros instrumentos de crime. E é consectário lógico do flagrante que, apreendidos instrumentos de crime, estes sejam examinados pelos agentes policiais, inclusive quanto a seus conteúdos. Se o estado de flagrância tem indiscutivelmente o condão de permitir, até mesmo, o ingresso imediato em domicílio (como é cediço), para que seja coarctada a prática delitiva, evidentemente gera, sob pena de ofensa à lógica, a possibilidade de examinar os instrumentos de crime que estão sendo utilizados no que tange a aspectos como sua natureza, característica, procedência e conteúdo.

O impetrante sustenta a nulidade da prova obtida mediante a quebra do sigilo telefônico e de dados contidos em *notebook*.

Requer, liminarmente, a declaração de nulidade da decisão que autorizou a quebra do sigilo telefônico e de dados. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja ratificada a liminar concedida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente